

Bruxelas, 28 de maio de 2025
(OR. en)

9072/25

LIMITE

SAN 238

NOTA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Medidas da UE em matéria de prevenção, incluindo a redução do consumo de tabaco e de álcool – <i>Troca de pontos de vista</i>

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, uma nota informativa da Presidência para orientar a troca de pontos de vista sobre «Medidas da UE em matéria de prevenção, incluindo a redução do consumo de tabaco e de álcool» na reunião o Conselho EPSCO (Saúde) de 20 de junho de 2025.

Introdução

Os debates realizados durante as reuniões do Conselho EPSCO, tanto durante a Presidência polaca como durante as anteriores Presidências, indicam a urgência crescente de tomar medidas no domínio da prevenção de doenças e da promoção da saúde. O abrandamento visível do aumento da esperança de vida nos países da UE constitui um forte apelo à ação. Ao mesmo tempo, existe um entendimento comum de que investir na saúde pública hoje em dia significa um futuro mais seguro, uma vez que atenua as futuras tensões nos sistemas de saúde, que são inevitáveis.

Cada vez mais, os dados científicos apontam para o elevado valor social e económico da saúde de uma população. Uma população saudável reforça o nível de bem-estar das pessoas, aumenta a coesão social e a eficiência económica do trabalho, reduz os custos sociais e económicos do tratamento e da prestação de cuidados aos doentes. A saúde não é apenas um custo humano, tem também um valor social e económico mensurável. Todas as políticas que melhorem a saúde a longo prazo da população são eficazes em termos de custos.

É necessário aumentar de forma sistemática e constante o nível das despesas de saúde pública e reforçar a cooperação entre os Estados-Membros. Precisamos de uma ação rápida e determinada para reduzir o impacto dos determinantes negativos da saúde. Essa ação deve incluir medidas regulamentares e atividades educativas, bem como intervenções no domínio da promoção da saúde e da prevenção de doenças.

Temos de responder de forma muito mais rápida e eficaz aos fenómenos resultantes do impacto dos determinantes comerciais da saúde, estimulados pelos enormes investimentos da indústria na comercialização de produtos nocivos.

É necessário recolher informações sobre a eficácia e a eficiência da ação no domínio da saúde pública e proceder à sua avaliação. Essa ação tem de ser interdisciplinar, procurando superar a compartimentação habitual que separa a gestão da segurança social, o sistema de cuidados de saúde, a educação, a proteção do ambiente e a prevenção das alterações climáticas e a perda de biodiversidade. Tal ação requer um planeamento sistemático, assim como uma avaliação e um ajustamento contínuos com vista à otimização, mas implica também a necessidade de responder à aceleração das alterações ambientais. Um aspeto muito importante é a cooperação regular e formal entre os Estados-Membros e a nível da União Europeia.

Consumo de álcool

A tarefa de limitar o consumo de álcool deve ser encarada no contexto da saúde pública e da segurança pública.

Segundo a OMS, o consumo de álcool é o terceiro fator de risco mais importante para a saúde humana.

O consumo de álcool está associado a mais de 200 doenças¹. A causa de morte mais comum relacionada com o abuso de álcool são as doenças cardiovasculares, nomeadamente ataques cardíacos e acidentes vasculares cerebrais.

Há vários estudos científicos que referem o etanol como um dos fatores principais que aumenta o risco de desenvolver, pelo menos, sete tumores malignos, incluindo os que afetam a cavidade oral, a faringe, a laringe, a mama e o fígado.

Existe também umnexo importante entre o consumo de álcool e as doenças mentais.

A Polónia está no topo da classificação dos países da UE com o maior número de mortes causadas por perturbações mentais e comportamentais relacionadas com o consumo de álcool.

As consequências de não se ter conseguido reduzir o consumo de álcool devem levar a que todos reflitamos sobre as medidas a tomar para melhorar a saúde e a segurança públicas e reduzir os custos socioeconómicos.

De acordo com a investigação e as recomendações conexas da OMS, as medidas mais eficazes são as seguintes:

- **Limitar a disponibilidade económica** através de uma política de preços adequada para o álcool,
- **Limitar a disponibilidade física**, ou seja, limitar o número de pontos de venda de álcool e o seu horário de funcionamento,
- **Introduzir proibições e restrições à publicidade e promoção** de bebidas alcoólicas e aplicar a legislação neste domínio.

¹ <https://www.who.int/europe/news-room/fact-sheets/item/alcohol-use>

Limitar a disponibilidade física e económica do álcool é uma das medidas mais eficazes, económicas e facilmente acessíveis para reduzir o consumo de álcool. A disponibilidade física e económica do álcool afeta diretamente o nível de consumo e os problemas conexos de saúde, sociais e, consequentemente, económicos.

As estratégias acima referidas devem ser apoiadas por atividades preventivas e educativas, mas a política de controlo e de restrição do acesso ao álcool não pode substituir a educação, a prevenção, o tratamento das dependências e o apoio às famílias. Todos estes elementos devem ser incluídos numa política global em matéria de álcool.

Consumo de produtos do tabaco e de nicotina

No presente ano, assinalam-se os 11 anos da publicação da Diretiva 2014/40/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita ao fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco e produtos afins, que revogou a Diretiva 2001/37/CE.

Nos últimos anos, surgiram na Europa novas ameaças à saúde pública que dificultam significativamente a aplicação de uma política antitabagista eficaz pela União Europeia (por exemplo, contra produtos que contêm nicotina sintética, cigarros eletrónicos descartáveis). A utilização destes produtos é particularmente perigosa para os jovens, uma vez que representa uma ameaça real de provocar a dependência da substância tóxica da nicotina em milhares de menores. Os Estados-Membros estão a tomar várias medidas para reduzir o consumo de produtos do tabaco e produtos afins. É importante acompanhar a eficácia destas medidas.

Sugestões de políticas para os Estados-Membros

- **Desenvolver um intercâmbio institucional sistemático de experiências** entre instituições nacionais e internacionais no domínio de vários programas e políticas de saúde, incluindo o intercâmbio de dados e experiências sobre os êxitos e os fracassos das iniciativas no domínio da saúde pública.
- **Estudar e desenvolver abordagens europeias comuns** para a promoção da saúde e a prevenção de doenças que possam trazer valor acrescentado através do intercâmbio de conhecimentos, de recursos e do apoio à harmonização das normas, incluindo um acordo sobre critérios transparentes e coerentes para a avaliação das intervenções, a fim de manter a sua elevada qualidade;
- **Realizar atividades sobre a aplicabilidade e adaptabilidade das boas práticas** em diferentes contextos nacionais e locais, com base na organização sistemática de informações relativas a medidas eficazes em domínios temáticos e grupos-alvo de intervenções.

O planeamento dos serviços de saúde pública em toda a UE deve ter em conta: as teorias e provas científicas; a rápida evolução das necessidades das comunidades; os recursos disponíveis e as preferências; as determinantes contextuais da vida das pessoas; e as intervenções efetuadas. Em particular, devem responder às necessidades de saúde da população em diferentes fases da vida. Ao mesmo tempo, é necessário dar prioridade às crianças e aos adolescentes, que estão expostos a estímulos novos e negativos, e a grupos sensíveis, nomeadamente os idosos.

A prevenção de doenças, em especial a prevenção de doenças infecciosas, tornou-se um desafio significativo para a União Europeia – um espaço que se caracteriza pelas fronteiras abertas e a liberdade de circulação, e que enfrenta uma crescente vaga de imigração proveniente de várias partes do mundo.

QUESTÕES PARA DEBATE

1. Na sua opinião, quais são as principais prioridades da União Europeia no domínio das atividades de saúde pública para os próximos 3-5 anos?
 2. Existem atividades que devam ser realizadas a nível da UE, através das instituições europeias? Quais são essas atividades?
 3. Que medidas práticas podemos tomar na UE e entre os Estados-Membros para reforçar a cooperação institucional em matéria de prevenção de doenças e promoção da saúde?
-